

notícias da FEDERAÇÃO



Directora: Manuela Teixeira

Jornal da FNE Ano XI - nº2 Novembro de 1999 Preço: 100\$00 Bimensal

COM TODOS CONSTRUIR O FUTURO

PLANO DE ACÇÃO
PARA O ANO 2000



1ª REUNIÃO COM O
NOVO MINISTRO DA
EDUCAÇÃO



EM TÓQUIO DEBATEMOS A
GLOBALIZAÇÃO

Notícias da Federação

Jornal da FNE
Ano X - Nº 2 Abril/99

Preço : 100\$00

Periodicidade
Bimensal

Proprietário:
*Federação Nacional dos Sindicatos da
Educação*

Directora:
Maria Manuela Teixeira

Colaboradores:
*João Dias da Silva
Paula Borges*

Design Gráfico:
Paula Melo

Sindicatos Membros
*Sindicato dos Professores da Zona Norte
Sindicato dos Professores da Zona Centro
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa
Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira
Sindicato dos Professores das Comunidades
Lusíadas
Sindicato dos Delegados e Subdelegados
Escolares
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e
Auxiliares de Educação da Zona Norte
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e
Auxiliares de Educação da Zona Centro
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e
Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões
Autónomas*

Impressão:
Tipografia Nunes

Redacção:
Rua Costa Cabral, 1035 - 4200 Porto

Distribuição:
FNE

Registo na D.G.C.S.
Nº 115519

Nº Depósito Legal
53657/92

Tiragem:
50 000

PROFESSORES VÃO TER DIREITO A SUBSÍDIO DE DESEMPREGO Proposta já divulgada e em discussão

Na reunião havida no passado dia 18 de Novembro entre a UGT e o Ministro da Educação este fez a entrega à UGT da proposta que pretende consagrar a atribuição do subsídio de desemprego aos docentes contratados. Esta proposta encontra-se em análise pelo que os Sindicatos membros da FNE a possuem desde já para discussão.

FNE põe em discussão proposta de novo Calendário Escolar

A CONFAP fez a entrega ao Ministério da Educação de uma proposta de calendário escolar a praticar no ano lectivo de 2000/2001. O ME enviou-a à FNE com pedido de parecer.

A Federação entendeu abrir uma ampla discussão sobre este documento pelo que os seus Sindicatos membros se preparam para, em reuniões com os seus associados, a debater, por forma a que na primeira quinzena do mês de Janeiro a FNE possa dar o seu parecer ao ME e apresentar, eventualmente, uma contraproposta.

Conselho Geral da FNE reúne no Porto

O Conselho Geral da FNE, que é composto por representantes eleitos e designados dos diferentes Sindicatos membros, reúne no dia 24 de Novembro no Porto.

Em debate nesta reunião, para além do Orçamento, estará a situação político-sindical e o Plano de Acção da FNE para o ano 2000. (A proposta de Plano de Acção entretanto aprovado pelos Secretariado Executivo e Nacional da FNE encontra-se divulgada neste Jornal partir da pág. 4)

FNE lança cartaz

Um novo cartaz que divulga a imagem da FNE e dos seus Sindicatos membros está em distribuição. Uma parte da imagem deste novo cartaz está desvendada na primeira página deste Jornal.

COM TODOS CONSTRUIR O FUTURO

No último Congresso da FNE assumimos como lema : *Com todos mudar a escola, construir o futuro.* É essa orientação que temos procurado seguir e que se expressa na nossa atenção quotidiana ao que se passa na Escola e no Mundo.

Com todos – professores, trabalhadores não docentes da Educação, alunos, pais, autarcas e a sociedade em geral – queremos que a Escola encontre os seus novos caminhos neste virar do milénio. Sabemos que a participação é difícil, que gera, por vezes, problemas no interior das escolas, mas temos, também, consciência de que ela é essencial ao encontro das soluções mais ajustadas.

Os professores e os trabalhadores não docentes não podem responder sozinhos a todos os problemas com que se confrontam as crianças e os jovens no mundo complexo em que vivemos.

Temos que colaborar todos construindo uma Sociedade Educativa.

Definimos, para 2000, as prioridades reivindicativas. Entre estas merece particular destaque a importância que atribuímos às carreiras profissionais e à estabilidade dos Trabalhadores da Educação. Trata-se, por um lado, de rever profundamente os estatutos das carreiras do ensino superior (universitário e politécnico), de criar novas carreiras para os trabalhadores não docentes que trabalham em estabelecimentos de ensino superior, de concluir a regulamentação do estatuto das carreiras dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário e de regulamentar o regime jurídico das carreiras dos trabalhadores não docentes das escolas básicas e secundárias. Trata-se, por outro lado, de alargar os quadros em todos os níveis de ensino e de criar quadros para as novas categorias profissionais decorrentes da publicação do regime jurídico das carreiras dos trabalhadores não docentes.

Estamos no final de um século em que o Sindicalismo se impôs como grande força social capaz de influenciar o modo de vida ocidental e de trazer aos trabalhadores novos direitos. Vamos entrar num novo século e num novo milénio em que se colocam novos desafios e em que, sob o domínio do mercado mundial, se podem pôr em causa esses direitos. **Como trabalhadores que somos num campo particularmente relevante para a definição do futuro – o campo da EDUCAÇÃO – temos um papel importante a desempenhar : o de mantermos viva a consciência da dignidade da pessoa humana, o de ensinarmos às gerações futuras o caminho da luta intransigente por uma sociedade com direitos para TODOS.**

Manuela Teixeira

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

No passado dia 17 de Outubro, reuniu em Coimbra, a Direcção da FNE. Nesta reunião para além da análise da situação político sindical, a Direcção aprovou o Plano de Acção para o ano 2000 a ser presente ao Conselho Geral. Dele damos conhecimento completo nas páginas que seguem.



I- PRIORIDADES REIVINDICATIVAS

Acabada que foi mais uma legislatura, consagrados em textos legais a maioria dos acordos assinados com o Governo, violado o acordo sobre estabilização do corpo docente e não efectivada a consagração do subsídio de desemprego prevista no Acordo de Concertação Estratégica, pelo qual a FNE tanto lutou, entendemos que subsistem muitos problemas, alguns criados ou não resolvidos pelo Ministério da Educação no anterior Governo, e que importa de novo suscitar.

Estabelecem-se como Prioridades Reivindicativas pelas quais a FNE lutará:

No âmbito da Política Educativa

- desenvolvimento de uma política mais consistente de consulta sobre matérias de política educativa;
- revisão da legislação sobre os poderes do INAFOP que consideramos, tal como está concebido, um cancro da democracia;
- não prossecução da proposta de criação de currículos flexíveis sem uma análise aprofundada do que está em causa;
- estabelecimento de melhores condições de trabalho nas escolas;
- revisão das habilitações para a docência;
- aceleração das medidas de expansão da rede do pré-escolar
- revisão da política de apoios educativos na educação

especial
revisão da legislação que não foi objecto de negociação e que criou objectivamente prejuízos aos docentes.

No âmbito da estabilidade de emprego e da protecção no desemprego

garantia de efectivo aumento dos quadros através de uma nova política de determinação de vagas
criação de quadros de zona pedagógica para a educação especial e para a educação de adultos
efectiva criação do subsídio de desemprego com retroacção de efeitos aos professores que ficarem no desemprego a partir do início do ano de 1999-2000 e sem perda de remuneração líquida usufruída.

No âmbito das Carreiras

dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

que se regulamentem as matérias em falta do estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

dos Docentes do Ensino Superior

que se faça uma profunda revisão do estatuto das Carreiras do Ensino Superior;

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

que se proceda ao alargamento dos quadros do ensino superior

dos Docentes de Português no Estrangeiro

revisão do regime jurídico do Ensino de Português no estrangeiro

dos Trabalhadores Não Docentes

regulamentação das matérias que decorrem do acordado Regime no Jurídico das Carreiras dos Trabalhadores Não Docentes das Escolas;
dotação dos quadros das escolas com técnicos superiores de acordo com o previsto no Regime Jurídico das Carreiras dos Trabalhadores Não Docentes das Escolas;
negociação do Regime Jurídico das Carreiras do Pessoal Não Docente dos Estabelecimentos de Ensino Superior

No âmbito da Administração das Escolas

determinação do enquadramento legal do regime de autonomia administrativo-financeira dos agrupamentos de escola;
criação de condições mínimas de instalação das estruturas administrativas das escolas;
acompanhamento do processo de implementação do

novo modelo de administração e gestão no que diz respeito ao progressivo encerramento do funcionamento das Delegações Escolares e avaliação do modo como são aplicados os princípios enunciados no Despacho nº 148/ME/96 de 9 de Julho.

No âmbito da Formação

acompanhamento da evolução da formação complementar dos professores bacharéis mantendo com as Instituições de Ensino Superior, os Conselhos de Reitores e dos Politécnicos e o Governo um diálogo que permita dar resposta aos anseios dos professores de obtenção do grau de licenciatura;
reconhecimento mais eficaz de Mestrados realizados em Universidades Estrangeiras.

No âmbito salarial

acompanhar a reivindicação da UGT em matéria salarial, defendendo o aumento de, no mínimo, 1,5% acima dos aumentos de salários reais dos demais países da União Europeia no sentido da convergência dos salários europeus;
propor a determinação de um mecanismo que garanta a dedução em IRS das despesas realizadas para formação e deslocações para o posto de trabalho tal como ocorre com os profissionais liberais.

II - ORIENTAÇÕES DA ACÇÃO A DESENVOLVER

No Âmbito da Política Educativa

A FNE bater-se-à por uma relação com o Governo que garanta uma consulta efectiva sobre as políticas educativas e um diálogo aprofundado sobre todas as questões que afectam a vida nas escolas.

Entre as primeiras questões suscitadas à nova equipa coloca-se a revisão da legislação sobre os poderes do INAFOP, as orientações curriculares e as transferências de competências de questões educativas para as Autarquias.

A FNE reivindica participar em qualquer

processo de revisão dos currículos, nomeadamente nos aspectos em que da sua gestão possam resultar consequências ao nível da estabilidade da relação dos docentes com as suas escolas ou ao nível da diminuição economicista dos docentes ao serviço do sistema educativo.

Uma aposta clara na educação pré-escolar e na escolaridade obrigatória

1. A FNE considera essencial que se ampliem e se apressem todos os esforços que conduzam ao

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

alargamento de oferta de educação pré-escolar. É indispensável que se garanta que as carreiras dos educadores de infância da rede pública e da rede privada sejam equiparadas. Esta preocupação deve ser acompanhada da exigência de que todos os Jardins de Infância estejam dotados dos equipamentos e dos recursos materiais e humanos indispensáveis ao pleno desenvolvimento das suas actividades

2. Apontamos ainda como uma das prioridades da política educativa o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o que não implica uma qualquer diminuição da importância que deve ser atribuída à garantia, para já, do cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos.

3. Insistimos na urgência das medidas que conduzam à universalização da escolaridade básica obrigatória, entendida como uma valorização elementar que suporta as condições mínimas para uma igualdade de oportunidades entre os cidadãos.

Para que se garanta a efectividade da escolaridade obrigatória, é imprescindível:

- o reforço das medidas de apoio e compensação educativa;
- uma redefinição da rede escolar que garanta uma oferta educativa de qualidade;
- o estabelecimento de centros de ocupação de tempos livres onde seja possível articular horas de estudo assistido com o desenvolvimento de actividades lúdicas com finalidades formativas;
- organização de actividades que privilegiem os alunos com dificuldades de sucesso escolar, em escolas que disponham de espaços adequados, e com o recurso a professores com formação para este tipo de acompanhamento;
- promoção dos mecanismos que garantam uma verdadeira articulação entre todos os níveis em que se desenvolve a escolarização dos alunos, com destaque para a escolaridade obrigatória;
- determinação de medidas que combatam o abandono escolar, com envolvimento de toda a comunidade educativa.
- identificação e promoção de soluções organizacionais que garantam a articulação entre os diferentes ciclos de escolaridade.

4. Manifestamos o empenhamento em que se corrijam as captações dos alunos do ensino

obrigatório, no sentido de terem correspondência com as verdadeiras necessidades das famílias para manterem os filhos na escola;

5. Defendemos que a escola tenha liberdade na construção de novos horários que articulem a dimensão da formação académica, intelectual com a dimensão lúdica e de formação para a cidadania, bem como a fruição da arte;

6. Das escolas se espera que disponham dos recursos e possam articulá-los, com apoio em equipas pluridisciplinares, no sentido do apoio de que todos e cada um dos seus alunos carece.

Adopção de apoios educativos de resposta aos problemas dos alunos

O respeito que merecem todos os indivíduos exige, por parte do Estado, uma atenção particular aos que se encontram afectados por qualquer tipo de deficiência e o estabelecimento de medidas de apoio que garantam a sua efectiva integração na sociedade de que fazem parte. Aos docentes que têm a seu cargo o acompanhamento de alunos portadores de deficiências deve ser garantido todo o apoio e formação de que necessitarem.

A FNE defende que:

- ao Estado compete promover condições que garantam que os lugares destinados a apoios educativos sejam preenchidos prioritariamente pelos docentes que realizam a respectiva formação especializada;
- devem ser estabelecidas condições organizacionais e materiais (de transportes, de recursos e arquitectónicas) adequadas à integração dos alunos portadores de deficiências, nas escolas que forem determinadas para o efeito, e enquanto não se garantir que cada escola tenha condições para receber alunos portadores de deficiências;
- devem ser criados os quadros de zona pedagógica para a educação especial;
- sejam constituídas, a nível de capital de distrito, equipas técnicas de apoio psicológico, de orientação escolar e profissional e de apoio psicopedagógico, bem como equipas multidisciplinares que, em conjugação com os serviços de saúde e de segurança social, colaborem com aqueles profissionais;
- se estabeleçam serviços de intervenção

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

precoce, com a participação de professores/educadores especializados e com o apoio de outros profissionais, que detectem crianças portadoras de deficiência, na faixa entre os 0 e os 3 anos.

Uma nova política de construções e equipamentos escolares

A FNE exige que o acesso de todos à Educação seja garantido por um parque escolar suficiente e adequadamente equipado. Nestes termos, salienta particularmente a necessidade de:

- reorientação das políticas de equipamentos educativos – quer no que diz respeito aos edifícios escolares e à distribuição dos seus espaços, quer no que diz respeito ao mobiliário e equipamentos educativos;

- dinamização de espaços escolares próprios ao desenvolvimento de uma acção formativa que vá para além da que tradicionalmente se tem desenvolvido na sala de aula; ou seja, queremos:

- bibliotecas bem equipadas e atraentes, com actividades de animação de leitura,

- oficinas de expressão dramática, plástica, musical, gabinetes de informática, explorando todo o mundo de possibilidades que se abrem à escola na exploração das redes globais da informação.

As nossas preocupações com as questões de segurança nos edifícios escolares e com tudo quanto promova o respeito por normas básicas de higiene nos locais de trabalho levam-nos a intervir de forma decidida no processo de eleição de delegados de higiene e segurança no trabalho, em todas as circunstâncias que o permitam.

Descentralização e autonomia das Escolas

A FNE, que sempre se bateu por mudanças significativas no âmbito da administração escolar, considera essencial:

- fazer o acompanhamento do novo enquadramento legal para a administração e autonomia das escolas, com destaque para o cumprimento, pelas autarquias, dos preceitos referentes à dotação dos agrupamentos de escolas com recursos que lhes permitam a concretização dos seus projectos;

- exigir a dignificação e a valorização do

desempenho dos cargos de gestão das escolas;

- reivindicar o acesso a formação especializada para o exercício dos diferentes cargos de gestão nas escolas.

No nosso entendimento, o novo regime de administração das escolas deve ser estimulante de uma maior participação dos diferentes agentes da comunidade educativa na respectiva administração e deve promover condições para que os docentes aí desenvolvam a sua profissionalidade. O Governo deve implementar as medidas necessárias à concretização destas orientações

Implementar a avaliação do Sistema e das escolas

Preconizamos um investimento na qualidade da educação, indissociável da avaliação das escolas e dos diversos departamentos e serviços do Ministério da Educação.

Assim, a FNE considera que deve ser adoptado o princípio de que o sistema educativo deve ser sistematicamente sujeito a avaliação, nos diferentes níveis em que ele se concretiza. A credibilização do sistema educativo passa pela adopção de práticas avaliativas sérias, viradas para a sua melhoria.

Defendemos, portanto, que sejam estabelecidos mecanismos que garantam que as escolas procedam com regularidade à sua avaliação interna e que, também em intervalos adequados, sejam sujeitas a avaliação externa.

Esta preocupação passa pela necessidade de promover o estabelecimento de uma cultura de auto-avaliação e de trabalho em equipa de todos os docentes de cada estabelecimento de ensino.

Um ensino particular e cooperativo dignificado e responsabilizado

A FNE reitera a defesa do princípio de que ao Estado compete garantir a gratuitidade de acesso ao ensino básico para todos os cidadãos e a liberdade de opção dos encarregados de educação relativamente à frequência de estabelecimentos de ensino público ou privado.

Deste modo, a FNE pautará a sua acção na defesa intransigente deste princípio.

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

Ao mesmo tempo, a FNE bater-se-á por um Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo onde sejam expressas as exigências de rigor a que deve obedecer a oferta do ensino privado, mas onde se consubstanciem também as responsabilidades do Estado, ao nível do controlo da qualidade do ensino particular, ao nível da comparticipação nas despesas com os alunos, particularmente os da escolaridade obrigatória, ao nível do respeito pela autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

O novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo deve assegurar a estrita equivalência de carreiras entre todos os trabalhadores da Administração Pública e do Ensino Particular e Cooperativo, com mobilidade assegurada entre os dois sectores.

A FNE promoverá ainda a negociação que vise a redefinição do regime de acumulações entre os sectores público e particular.

Também em relação ao ensino superior particular, a FNE pretende iniciar um processo de definição do respectivo estatuto.

Uma oferta qualificada de educação extra-escolar e de ensino recorrente

A FNE considera que se devem determinar as condições em que as escolas, em articulação com os recursos do meio em que se inserem, e de acordo com as necessidades que detectarem, poderão proporcionar ofertas de formação, em regime de parceria, ao nível da educação extra-escolar.

Ao nível do ensino recorrente, a FNE considera urgente que se tomem medidas que visem proporcionar condições de sucesso para todos quantos procuram este subsistema, o que obrigatoriamente tem que determinar um investimento mais significativo na respectiva oferta.

No âmbito dos diferentes sectores

No ensino superior

Dar-se-á prioridade à negociação de uma profunda revisão dos estatutos do ensino superior público universitário e politécnico, obedecendo aos

seguintes princípios:

- progressão em carreira por mérito absoluto, isto é, através das provas académicas previstas na carreira, e não sujeita à existência de vagas;
- definição de regras de acumulação que garantam um ensino de qualidade que conjugue actividade lectiva, apoio aos alunos e investigação na instituição que prestigie o ensino superior e dê aos docentes a liberdade de exercício profissional consentânea com as suas responsabilidades.

A FNE considera, ainda, prioritário o desenvolvimento de acções que conduzam alargamento dos quadros do ensino superior.

Nos ensinós básico e secundário

1. Em termos de *carreira docente*, a FNE considera que falta concretizar:

- a) determinação dos incentivos a estabelecer como mecanismos de apoio à fixação dos docentes nas periferias;
- b) correcção dos mecanismos de concursos de forma a respeitarem adequadamente o desenvolvimento do ano lectivo;
- c) redefinição do regime de concursos para as escolas vocacionais;
- d) determinação dos critérios a que deve obedecer a avaliação extraordinária dos docentes;
- e) valorização dos graus académicos, nomeadamente pela criação de novos índices para Mestres e Doutores.

2. A FNE reivindica participar no processo a que urgentemente se deve dar início da *reformulação da rede escolar* e da determinação dos grupos disciplinares, em articulação com a *definição das habilitações para a docência*.

3. A FNE considera essencial e prioritária a determinação da atribuição de um *subsídio de desemprego* aos professores contratados, no período que medeia entre duas contratações, com manutenção nesse período de garantia de protecção social.

Para os trabalhadores não docentes

1. A FNE está determinada a dar desenvolvimento ao regime jurídico dos trabalhadores não docentes

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

das escolas, contribuindo para a regulamentação das matérias previstas naquele regime.

2. Em complemento desta acção, é necessário equacionar a composição dos quadros dos novos profissionais afectos a cada escola ou grupos de escolas, como sejam por exemplo os psicólogos e os assistentes sociais, os quais serão chamados a desenvolver tarefas próprias das suas especializações.

3. Reivindicamos o desbloqueamento da progressão nas diferentes categorias das Carreiras Técnica e Técnica Superior, contribuindo para a eliminação das situações aberrantes que têm obrigado estes trabalhadores à permanência por longos períodos nos diferentes patamares, velando por que os mecanismos vigentes sejam efectivamente respeitados pelas estruturas do Ministério da Educação.

Professores de Português no estrangeiro

Publicado o novo regime de concurso e de trabalho dos professores de português no estrangeiro, urge estabelecer os mecanismos reguladores da fixação anual das remunerações destes professores. Ao lado desta acção, a FNE realizará o acompanhamento permanente dos problemas que se levantam ao desenvolvimento da actividade destes professores, com vista à sua resolução.

Também o regime de segurança social destes professores carece de uma intervenção que o redefina.

Para além desta preocupação prioritária, a FNE desenvolverá acções que promovam a dinamização sindical nos diferentes países onde existe o ensino da língua e cultura portuguesas.

A FNE promoverá também acções de formação para estes docentes, tendo em conta a especificidade da sua actividade, e creditadas para efeito de progressão em carreira.

No âmbito da Formação

1 - *Reorientação da formação inicial dos docentes*

A FNE reivindica a reformulação do quadro legal de instituição do INAFOP - Instituto Nacional para a Acreditação da Formação de Docentes, despindo-

o das componentes não democráticas que o caracterizam, ajustando-o às respostas que deve dar em termos de garantia de igualdade entre as diferentes ofertas de formação e retirando-lhe âmbitos de competência que lhe não podem ser atribuídos e que indevidamente lhe estão cometidos.

Estamos dispostos a contribuir para que a formação inicial seja ajustada a uma intervenção pedagógica adequada, mas garantindo-se ainda a formação para as novas vertentes de intervenção de uma escola que é definitivamente uma escola de relação com os diferentes parceiros e uma escola de partenariado com os agentes sociais com que está envolvida.

2 - *Completamento de habilitações*

Os professores de habilitação suficiente vinculados ao Ministério da Educação deverão aceder ao grau de Licenciatura através das Instituições de Ensino Superior, com especial responsabilidade para a Universidade Aberta, com a qual o Ministério da Educação deverá estabelecer os protocolos ajustados que lhe permitam dar resposta adequada a esta exigência.

O recurso a professores de habilitação suficiente deve ir sendo gradualmente reduzido, tendendo à sua eliminação. Aqueles que forem sendo necessários ao sistema deverão completar as suas habilitações, com rigor e qualidade, num processo que a FNE acompanhará. Aqueles de que o Sistema Educativo não necessite para o exercício da docência devem ser oferecidas soluções de formação que lhes permitam a integração noutras actividades educativas no quadro definido pelo regime jurídico das carreiras dos trabalhadores não docentes.

A FNE acompanhará a evolução da formação complementar dos professores bacharéis, mantendo com as Instituições de Ensino Superior, os Conselhos de Reitores e dos Presidentes dos Institutos Politécnicos, bem como com o Governo, um diálogo que permita dar resposta aos anseios dos professores em relação à obtenção do grau de Licenciatura.

3 - *Formação contínua adaptada às necessidades*

A todos os trabalhadores de educação devem ser

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

facultadas condições de acesso a formação contínua que lhes garanta a adequação às novas necessidades de intervenção da escola.

Para além desta preocupação, a FNE reivindica que o exercício de diferentes funções especializadas

no apoio e acompanhamento da diversidade dos alunos que frequentam as nossas escolas deve ser atribuído a docentes portadores das formações adequadas.

III - ORGANIZAÇÃO INTERNA

No sentido de dotar a FNE de maior autonomia, proceder-se-á à admissão de um Funcionário que lhe fica afecto nas instalações do Porto, sendo ainda estabelecido um contrato de prestação de serviços com um Advogado que garanta apoio jurídico.

Pretende-se deste modo garantir à FNE novos e

autónomos serviços de apoio que lhe permitam uma intervenção política mais eficaz.

Por outro lado, serão dados passos que visem o estabelecimento de um espaço físico para instalação autónoma dos serviços da FNE.

IV - ACTIVIDADE CULTURAL E SOCIAL

A Federação entende que a sua actividade não se esgota nos aspectos reivindicativos. Nesse sentido, tem, ao longo dos anos, vindo a procurar desenvolver o sector cultural e social que reputa de muito importante, pois será, também através dele, que os Associados dos sindicatos membros e, portanto, Associados da FNE, se encontrarão e reforçarão o sentido de pertença à FNE.

Tendo como base este pensamento definem-se as seguintes linhas orientadoras para a acção a desenvolver neste âmbito:

- estabelecimento de protocolos com Instituições culturais, nomeadamente Centro Cultural de Belém,

Fundação Calouste Gulbenkian, ou outras existentes nas capitais de distritos, de molde a que os Associados da FNE tenham acesso a todo o tipo de manifestações a preços reduzidos;

- determinação das regras de atribuição do Galardão FNE, de forma a tornar possível distinguir com ele, em 2001, uma individualidade ou Instituição que se tenha destacado na área da Educação;

- elaboração e distribuição de um cartão FNE que dê acesso aos seus detentores às regalias FNE;

- elaboração de uma agenda FNE, a distribuir no início do ano lectivo 2000/2001.

V - POLÍTICA DE FORMAÇÃO

A aposta feita pela FNE na criação do ISET obriga-nos a continuar no caminho empreendido e dar novos passos para fazer crescer a acção formativa que reputamos uma dimensão essencial do apoio a dar aos nossos associados. Assim, a FNE continuará a fazer do ISET o instrumento privilegiado da sua acção de formação e apostará na diversificação dos produtos oferecidos e dos públicos atingidos.

Nesse sentido, propomo-nos:

- pôr em funcionamento os cursos autorizados, nos termos definidos pelo Ministério;

- diversificar a oferta de formação;

- desenvolver investigação que possa servir de apoio à acção desenvolvida pela FNE.

A FNE promoverá em Fevereiro um seminário dedicado à análise do impacto da introdução do Euro como moeda da União Europeia, proporcionando o debate das questões que se estão a levantar e das virão a ocorrer em 2002. Aproveitar-se-á a oportunidade para analisar as consequências da conferência de Seattle da Organização Mundial do Comércio, na perspectiva da apreciação do impacto da mundialização para as questões da área da

PLANO DE ACÇÃO PARA O ANO 2000

educação. Deste modo, também constituirá uma oportunidade para debater o peso da educação no Orçamento do Estado.

No ano 2000, será também concretizado um seminário destinado a temáticas que se prendam com a actividade profissional dos Trabalhadores Não Docentes.

Finalmente, a FNE promoverá um fórum de

reflexão para dirigentes dos seus sindicatos membros, o qual será subordinado ao tema “Renovar a escola: uma prioridade para os anos 2000”. Esta iniciativa, a concretizar-se em Setembro, constituirá o ponto de partida para os debates internos que deverão passar a realizar-se com vista à preparação dos documentos que deverão ser submetidos ao Congresso do ano 2001.

VI - POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E MARKETING

A FNE estabelece as seguintes orientações no que respeita à Informação e ao Marketing:

- Continuará a ser editado o “Jornal da Federação” nos meses de Janeiro, Março/Abril, Maio/Junho, Setembro e Novembro, o qual será remetido, às escolas pela FNE e aos sócios, por cada Sindicato membro;

- sempre que se preveja necessário, realizar-se-ão edições especiais do “Jornal da Federação” que garantam que todos os sócios conheçam com detalhe a acção da Federação, no mais breve espaço de tempo possível;

- proceder-se-á à distribuição regular à Imprensa de informações respeitantes à acção desenvolvida e às posições assumidas em matéria de política da educação pela FNE, continuando-se a prática de concluir o ano lectivo com uma Conferência de Imprensa na qual se estabeleça o respectivo balanço final, nomeadamente em termos de política educativa;

- continuar-se-á a fazer a divulgação à Imprensa e a todos os Sindicatos membros de comunicados que dêem conta dos aspectos mais relevantes tratados, quer em reuniões dos órgãos da FNE, quer com o Ministério da Educação, quer com as entidades patronais;

- manter-se-ão contactos regulares com a Imprensa, disponibilizando toda a informação que permita aos órgãos de Comunicação Social conhecer e divulgar as posições da FNE em matéria educativa;

- será distribuída informação, quer aos Sindicatos membros, quer à Imprensa sobre todos os eventos a levar a cabo ou concretizados pela FNE, para além dos que respeitam à acção reivindicativa, nomeadamente no que se reportar a Seminários, celebração do 1º de Maio, comemoração do 5 de Outubro - Dia Mundial do Professor, realização de reuniões internacionais;

- manter-se-á actualizado o “site” na Internet.

VII - PARTICIPAÇÃO NA UGT

O empenhamento da FNE na UGT manter-se-á, tornando-se particularmente relevante ao nível da preparação e da participação no respectivo Con-

gresso – que vai ocorrer no início do mês de Maio – e da eleição dos delegados de higiene e segurança no trabalho.

VIII - APOIO AOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

A FNE disponibilizará apoio à concretização de acções que visem a oferta de apoio ao sindicalismo dos países de expressão portuguesa, com especial destaque para os de África e particularmente para

Timor Loro Sae. Para este último, a FNE entende essencial que se contribua de uma forma muito consistente com vista à implantação do movimento sindical democrático.



OS SISTEMAS EDUCATIVOS E A GLOBALIZAÇÃO - - uma iniciativa da Internacional da Educação

Foi sob esta designação que decorreu em Tóquio, entre os dias 25 e 28 de Outubro, uma mesa redonda em que participaram cerca de seis dezenas de sindicalistas dos países industrializados, entre os quais Portugal. Tratou-se de uma organização da Internacional da Educação, na qual estiveram também representantes das organizações sindicais da educação dos países da OCDE. A delegação portuguesa era constituída pela Secretária-Geral da FNE, Manuela Teixeira, pela Secretária Internacional e Vice-Presidente do SPZN Paula Borges, e pelo Secretário Executivo da FNE e Presidente do SPZN, João Dias da Silva.

Os desafios da mundialização e o movimento sindical

Os trabalhos do primeiro dia foram dominados pela comunicação de Riccardo Petrella, professor na Universidade Católica de Lovaina, intitulada “Complexidades e desafios para o sector público da Educação”.

Este convidado teceu a sua intervenção em redor daquilo que designou como a narrativa contemporânea, assente na imperatividade da revolução tecnológica e científica que conduz à destruição dos conceitos tradicionais de tempo e de espaço e que se caracteriza pela mobilidade, pela flexibilidade e pela incerteza. Neste contexto, tem-se assistido a uma preocupação crescente pela busca de respostas científicas, correctas e elaboradas por especialistas para todos os problemas. Deste modo, a legitimidade da opinião pública democraticamente formulada é substituída pela legitimidade do especialista, e particularmente do especialista económico.

Esta metáfora narrativa determina, para o orador, uma enorme pressão sobre os sistemas educativos para que estes preparem os recursos humanos que lhe são entregues para as exigências da mobilidade, da flexibilidade e da incerteza. Neste sentido, compete aos sistemas educativos preparar para o conhecimento útil (mas, qual é o conhecimento útil? E quem o determina?); dar novas competências e promover personalidades adaptativas.

Seguidamente, o convidado aprofundou os desafios levantados à educação por este paradigma: uma sociedade assente na comunicação, nos meios informáticos e nas respectivas lógicas impõe a aquisição de uma nova linguagem, o que equivale a dizer uma nova cultura. Ora, aquilo a que se assiste é a verificação da distância que separa uma mentalidade tecnológica



da mentalidade humana, competindo aos sistemas educativos atenuar ou eliminar essa distância. Deste modo, o que acontece é que as ferramentas (como a informática) se transformam no próprio objecto do conhecimento; aprofunda-se a distância cultural entre o aluno que frequenta uma escola “informatizada” da sua família (que não conhece aquela linguagem) e aprofunda-se o fosso entre países ricos e países pobres (onde nem linha telefónica há).

Depois, Riccardo Petrella reflectiu sobre as consequências para o sector público da emergência deste paradigma, as quais se traduzem numa tendência galopante em direcção à privatização de todo o sistema educativo. É que, para esta narrativa, o sector público é incapaz de dar resposta aos desafios anunciados, pelo seu carácter burocrático e inflexível. Só o sector privado deteria, nesta perspectiva, pelas suas características de flexibilidade, mobilidade e adaptabilidade para servir o interesse colectivo. Daí está a decorrer um crescimento exponencial do sector privado, o qual assume, no domínio do acesso ao ensino superior, por exemplo, dimensões cada vez mais vastas.

Assim, os sistemas educativos vão ser cada vez mais instrumentos de selecção dos recursos humanos, promovendo e legitimando novas desigualdades e novas exclusões. A nível mundial, um novo lema estaria a confirmar-se “esqueçam a solidariedade, tornem-se competitivos”.

É aqui que a proposta de Riccardo Petrella

OS SISTEMAS EDUCATIVOS E A GLOBALIZAÇÃO - - uma iniciativa da Internacional da Educação

ganha sentido, ao propor a humanização da globalização, tornando possível viver em conjunto, promovendo o acesso universal a bens comuns do conhecimento, transformando a educação num instrumento para o acesso à plena cidadania, e fazendo com que os financiamentos em educação sirvam o “bem-estar” colectivo.

No debate que se seguiu, João Dias da Silva declarou: “Saimos daqui com enormes responsabilidades, tendo em conta que o movimento sindical da educação não pode ficar indiferente aos desafios que se colocam perante todos nós. Não podemos ficar imobilizados perante a dimensão dos problemas, devendo reconhecer-se que há muito trabalho a realizar. O movimento sindical tem que se colocar como motor das mudanças que são necessárias, em vez de se deixar arrastar por lógicas que nada têm a ver com o interesse dos trabalhadores que representamos. O trabalho de análise, de desestruturação dos problemas que estamos aqui a realizar tem que se traduzir em acções concretas que colocam a educação como um campo de intervenção em que todos os parceiros têm que funcionar em parceria. É nosso dever fazer nascer uma sociedade educativa, isto é, uma sociedade que tem a educação como primeira prioridade, já que é nossa convicção que só uma sociedade “educada” é uma sociedade de progresso, só uma tal sociedade saberá encontrar, de entre os caminhos de futuro possíveis, aquele que preserva a democracia e o sentido do humano na sociedade.”

As escolas japonesas

O segundo dia de trabalhos começou com uma visita a escolas japonesas - uma escola primária e uma escola secundária.

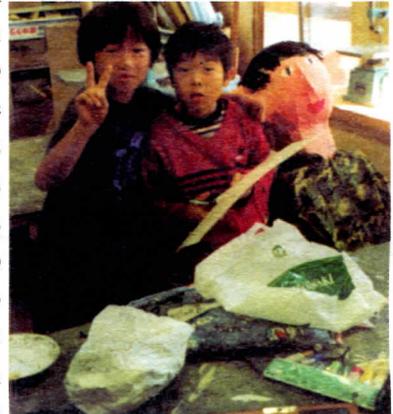
A visita que fizemos à escola primária permitiu-nos o contacto directo quer com os alunos quer com alguns dos professores e direcção da escola. Os alunos - 294 -, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, estavam distribuídos, ao longo dos seis primeiros anos de escolaridade, por um total de 11 turmas oscilando o número de alunos em cada entre os 37 (no 1º ano) e 24 (no 6º ano). Tal como no ensino secundário o ano lectivo ocupa cerca de 220

dias de actividades lectivas, entrando os alunos às 8h20m e terminando o dia cerca das 3h40m. O dia encontra-se preenchido por 5 tempos de aula de 45 minutos cada, estando ainda definido no horário os tempos para actividades em clubes e de estudo acompanhado. De registar que de duas em duas semanas os alunos têm aulas aos sábados, entrando às 8h20m e saindo às 13h. Professores e alunos cumprem horários de 25, 26 e 28 horas semanais respectivamente nos 1º, 2º e 3º anos mantendo-se a carga horária nas 28h semanais após o 3º ano. As disciplinas ministradas vão desde o Japonês, a Aritmética ou as Ciências Sociais até à Lida da Casa. De notar a limpeza impecável do estabelecimento que é feita diariamente pelos próprios alunos.

Nesta escola, trabalhavam, para além do Director e da Subdirectora, que não leccionam turma, 13 professores - 1 para cada classe, 1 professor de Música e outro de Educação Visual e Trabalhos Manuais. Existe, ainda, nesta escola, como aliás é vulgar nas escolas japonesas, um professor que coordena as actividades de grupo, o qual reúne regularmente com os colegas.

As actividades que pudémos observar no decurso da visita foram variadas o que nos permitiu, mesmo, naquelas em que não necessitámos de interpretação em japonês, interagir com os alunos.

Da visita à escola secundária - para alunos entre os 13 e os 16 anos (os nossos 7º, 8º e 9º anos)- pudémos ver algumas salas de aula em pleno funcionamento. Nelas, as turmas variavam entre os 37



OS SISTEMAS EDUCATIVOS E A GLOBALIZAÇÃO - - uma iniciativa da Internacional da Educação

e os 42 alunos. Ficámos a saber que o ano lectivo ocupa cerca de 220 dias de actividades lectivas, sendo que em cada dia a entrada dos alunos se verifica às 8h20m, seguindo-se seis tempos de 50 minutos cada um, com as diferentes disciplinas, interrompidos por um intervalo para almoço, sendo que os quase 450 alunos e 24 professores almoçam todos na escola. A saída do primeiro grupo de alunos é às 15h50m, saindo um segundo grupo às 18 horas, depois das actividades extra-curriculares. Este estabelecimento de ensino está dotado com 13 salas de aula para as 13 turmas que nele funcionam, 3 salas de ciências, 3 salas de música, 3 salas de desenho e 6 salas de trabalhos tecnológicos e domésticos, piscina, ginásio, biblioteca, sala de áudio-visuais e sala de informática. O currículo - nacional - é composto em todos os três anos do ciclo por língua japonesa (4 a 5 horas por semana), estudos sociais, matemática (3 a 4 horas por semana), ciências naturais, educação física, artes visuais, educação tecnológica, música e língua estrangeira (inglês).

Ficámos ainda a saber que o ensino superior é na sua quase totalidade assegurado por universidades privadas, extremamente selectivas no acesso dos alunos. Assim, o ensino secundário, também muito exigente em função do rigor dos acessos ao ensino superior, tem uma forte componente privada. Resulta daqui que a selecção dos alunos para acesso ao ensino secundário decorre de exames muito difíceis no final do 3º ciclo, de forma a garantir notas de entrada nas melhores escolas do ensino secundário. Assim, os alunos do 3º ciclo frequentam quase todas escolas privadas de apoio que lhes asseguram três horas semanais de complemento e de preparação para os exames finais.

Os problemas sindicais da actualidade

Ainda no segundo dia de trabalhos, foram apresentadas cinco comunicações sobre a forma como algumas organizações sindicais estão a intervir nos seus países em favor da melhoria da qualidade da educação. Destas, destacámos a de Manuela Teixeira.

Se a questão da avaliação dos professores atravessou todas as comunicações, sendo a questão que maior debate está a suscitar em todos os países

da OCDE, a participação portuguesa constituiu o motivo de maior interesse, porque correspondia à apresentação de uma realidade construída a partir de uma negociação bem sucedida desenvolvida por uma organização sindical com o Governo do seu país.

A Secretária-geral da FNE fez uma exposição onde sintetizou o modelo de avaliação de desempenho actualmente em vigor em Portugal. Da sua exposição salientamos as questões pertinentes que colocou e que se prendem com o facto de não ser possível desligar a problemática da avaliação da da formação. Neste âmbito referiu, não só a importância dos acréscimos da formação inicial (grau de licenciatura para todos), mas também, as exigências da formação contínua e o desenvolvimento da formação de nível superior (pós-graduações, mestrados e doutoramentos) para todos os docentes.

Manuela Teixeira afirmou a terminar a sua intervenção "a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação e eu própria cremos fortemente que estas são as medidas que trarão uma contribuição insofismável ao aumento e melhoria da qualidade da educação. É necessário aplicá-las o mais rapidamente possível dado que, só daqui a alguns anos, poderemos aquilatar com verdadeira segurança das consequências benéficas que trarão para a educação e para os seus profissionais."

Mas outra questão dominou os trabalhos desta mesa-redonda: o incremento da oferta do ensino privado, sobretudo na modalidade on-line,

Para além das consequências que podem decorrer para a educação no quadro do acordo da OMC (que substitui o GATT) e onde a componente educação está a ser incluída, transformando-a numa mercadoria de nível idêntico às restantes trocas comerciais. Os perigos decorrentes da mercantilização da educação forma, deste modo, um dos elementos essenciais dos debates que decorreram nestes três dias. Aliás, os trabalhos encerraram no terceiro dia com intervenções que puseram em relevo a necessidade de todos estarmos alerta em relação a toda a oferta educativa, via Internet, que está a aparecer no mercado, sem qualquer controlo de qualidade e sobretudo dos valores que pode estar a veicular.

No final das comunicações os participantes

OS SISTEMAS EDUCATIVOS E A GLOBALIZAÇÃO - - uma iniciativa da Internacional da Educação

reuniram-se em grupos de trabalho nos quais analisaram a problemática da qualidade da educação e os sistemas de avaliação e formação dos docentes e ainda a problemática do incremento da oferta do ensino privado via Internet.

Paula Borges, relatora de um dos grupos de trabalho apresentou as conclusões que foram adoptadas. Assim, afirmou que " para além de como já afirmámos se ter feito o alerta para a necessidade de controlar a qualidade da oferta de ensino via Internet, se retomou a discussão sobre o que se entende por educação pública e educação privada.

Face a este novo desafio que está já a ser sentido em vários países, pareceu aos participantes deste seminário ser necessário repensar o conceito de educação pública; definir uma Carta para a Educação Pública onde seja possível inscrever os grandes princípios orientadores desta educação, assim como a forma que esta deve revestir na sua organização e quais os caminhos mais adequados para a sua implementação.

Revisitando Ricardo Petrella, os participantes entenderam ser necessário que aqueles que constituem as "ilhas felizes" se não acomodem e que em conjunto encontrem os caminhos que permitam a todos a igualdade de oportunidades a uma educação de qualidade e ao sucesso nessa mesma educação. É objectivo de todos os docentes ter a certeza de que os seus alunos têm os melhores professores do mundo e para isso sentem que precisam de estar unidos e cooperarem cada vez mais intensamente.

Neste sentido as organizações presentes entenderam recomendar à Internacional da Educação

a criação de uma network que lhes permita aceder a toda a informação pertinente sobre este perigo/desafio que a todos importa."

A violência nas escolas

A questão da violência nas escolas foi outro importante tema de debate nestes três intensos dias de trabalho.

Para além das inúmeras situações referidas ao longo da discussão que foi travada, foi possível identificar três vectores essenciais de intervenção para as escolas:

por um lado, a escola deve - toda ela - promover a integração plena de todos os jovens, adoptando para isso todas as adaptações que forem necessárias para o conseguir;

por outro lado, o trabalho cooperativo das escolas com os pais deve ser estimulado, no sentido da partilha de informações e do encontro em conjunto das melhores formas de acompanhar o desenvolvimento educativo de todos os jovens;

finalmente, o partenariado da escola com os diferentes sectores e serviços da comunidade, integrando plenamente a escola no meio em que está inserida, de forma a garantir aos alunos quadros globais coerentes de referência.

A propósito da questão da violência nas escolas, daremos conta no próximo Jornal da FNE do documento que o Comité Sindical Europeu da Educação aprovou este ano na sua Assembleia Geral e dos desenvolvimentos que se venham a verificar em termos internacionais nesta área.

Agora informações actualizadas através do endereço da FNE na
INTERNET

Para aceder à nossa homepage digite:

www.fne.pt

1ª REUNIÃO COM O NOVO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) reuniu no passado dia 10, pela primeira vez, com a nova equipa do Ministério da Educação.

Nesta reunião a FNE apresentou as Prioridades



Reivindicativas para o ano 2000.

A Secretária Geral, Manuela Teixeira enfatizou junto da nova equipa ministerial a necessidade de um efectivo diálogo entre esta organização e o ME no que respeita às políticas educativas. A participação efectiva de todos na construção de uma educação com maior qualidade deverá ser uma aposta de todos nós e portanto um ponto essencial para a FNE até porque como afirmou Manuela Teixeira, “trata-se de uma



velha e justa reivindicação, pois entendemos que não devemos ser apenas consultados para questões reivindicativas, para as quais a lei exige negociação”.

De entre os vários assuntos abordados o primeiro e que queremos destacar foi o que se prende com a proposta de atribuição do subsídio de desemprego aos professores contratados. A FNE obteve a garantia

do Ministro da Educação de que a proposta está praticamente concluída prevendo-se que a mesma seja entregue na reunião da UGT com o Ministério (sobre o assunto ver pág.2 deste Jornal).

Outra das questões da vasta agenda de trabalhos da reunião, teve a ver com as habilitações para a docência, a formação inicial de professores e o Instituto de Acreditação da Formação Inicial de Professores (INAFOP), que a FNE considera ter “poderes excessivos”, uma vez que “não pode acumular a capacidade de acreditar cursos e de os avaliar e suspender, quando bem entender”.

O Estatuto da Carreira dos Ensinos Superior Universitário e Politécnico, o novo Regime Jurídico da Carreira dos Trabalhadores Não Docentes, cujo acordo foi alcançado, por acção da FNE, no passado mês de Agosto, os Currículos Flexíveis, a expansão da rede pré escolar, a educação especial, a implementação do novo modelo de autonomia e administração das escolas foram outros tantos pontos da reunião.

Numa altura em que se discutem tanto as implicações sociais que têm as paralizações de uma ou mais semanas, como aconteceu na primeira semana de Novembro, a FNE comprometeu-se a apresentar ao ME a sua posição sobre o calendário escolar, até ao final da primeira quinzena de Janeiro.

A FNE chamou ainda a atenção do Ministro da Educação para a necessidade de “abrir mais vagas nos próximos concursos para os educadores de infância e professores dos ensinos básico e



secundário”, uma maneira de dar cumprimento, ao acordado em 1996. O acordo previa a abertura de 15.000 vagas, o que está longe de se verificar.